

19. PROPOSTA RELATIVA A TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS:

Submete-se proposta relativa a transferência de competências para as autarquias locais, nos termos constantes da mesma.

Proposta

1. Entrou em vigor, no passado dia 17 de agosto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a **Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais**, a qual estabelece, no seu artigo 1º, *“o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”*.

2 Tratando-se de uma Lei-Quadro, o diploma legal prevê, no seu artigo 4º, que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.

3. Ainda que, nos termos do mesmo artigo 4º, seja definida a data de 15 de setembro de 2018 como prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais e das entidades intermunicipais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019, o certo é que, no artigo 44º da mesma lei, se faz depender a produção de efeitos da mesma lei (a sua eficácia) da aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial¹.

4. Por deliberação da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019 foi recusada a transferência de competências constante dos onze diplomas sectoriais publicados em novembro de 2018: DL n.º 97/2018, 98/2018, 99/2018, 100/2018, 101/2018, 102/2018, 103/2018, 104/2018, 105/2018, 106/2018, 107/2018.

¹ É que, nos termos da Lei-Quadro, a transferência de atribuições e competência será obrigatória e universal a partir de 2021. Nos anos de 2019 e 2020 caberá a cada município, entidade intermunicipal e freguesia decidir se pretende receber as competências a transferir.

5. Posteriormente, em 30 de janeiro de 2019, foram publicados mais quatro diplomas sectoriais: DL n.º 20/2019 (Proteção e saúde animal e segurança dos alimentos), 21/2019 (Educação), 22/2019 (Cultura) e 23/2019 (Saúde).

6. Relativamente aos Decretos-Lei n.º 21/2019 e 23/2019, a deliberação dos órgãos deliberativos dos municípios está dependente da publicação de despacho do Governo (cfr. artigos 69.º, n.º 1 e 76.º, do DL n.º 21/2019 e artigos 25.º, n.º 3 e 28.º do DL n.º 23/2019).

7. Quanto aos Decretos-Lei n.º 20/2019 e 22/2019, os municípios que não pretendam exercer as competências neles previstas, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação nesse sentido, no prazo de 60 dias corridos após a entrada em vigor dos mesmos.

8. Posto isto, e considerando que:

- O Município de Braga aprovou já o Orçamento e GOPs para o ano de 2019, sendo certo que as transferências das competências, a serem assumidas, teriam um impacto substancial sobre a execução orçamental no próximo ano;
- O regime financeiro das autarquias locais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, apesar de prever a criação do novo Fundo de Financiamento da Descentralização – FFD - (artigo 30.º-A), não concretiza como será definido e distribuído este Fundo, nem como, por exemplo, se garantirá a sua articulação com o Fundo Social Municipal, criado em 2007 e que serviu para financiar a primeira fase de transferência de competências para as câmaras em áreas sociais;
- O mesmo RFALEI prevê, no artigo 80-B, que as transferências dos recursos financeiros a atribuir às autarquias locais para prossecução das novas transferências serão previstas nas respetivas Leis do Orçamento, pelo que, neste momento, existe uma total incerteza sobre tais recursos;
- As transferências das novas competências terão um enorme impacto na gestão dos serviços da autarquia, em termos de implicações financeiras, humanas e organizacionais, sendo certo que irão implicar uma profunda alteração no próprio mapa de pessoal da autarquia e mesmo reestruturação orgânica e respetiva alocação de recursos financeiros, cujos contornos ainda

não são possíveis de definir nesta fase, pois ainda não foram transferidas todas as competências previstas na Lei-Quadro;

- O processo de transferência das competências implica a alocação de recursos pela Administração Central, mas também a assunção de eventuais dívidas por parte das entidades da Administração Local, como resulta claro do artigo 80º-D do RFALEI, dívidas estas que são totalmente desconhecidas neste momento.

Todas estas considerações conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses da autarquia e da população do concelho de Braga, não se devam assumir no ano de 2019 as competências transferidas pelo Governo até ao momento. Nos termos do artigo 4º, nº 2, al. b) da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, será feita a reavaliação da situação, por forma a que, para o ano de 2020, se possa tomar decisão durante o mês de junho de 2019.

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Braga não pretende, para o ano de 2019, assumir as competências transferidas pelos seguintes diplomas legais:

DL nº 20/2019, de 30 de janeiro: transferência de competências no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos;

DL nº 22/2019, de 30 de janeiro: transferência de competências no domínio da cultura.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga:

